Globethics Repository



Nota introdutória [Introductory Note]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Germano de Sousa, José
Publisher	Conselho Nacional de tica para as Ci ncias da Vida
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-16 20:34:41
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/226591

Nota Introdutória

Políticas Públicas

José Germano de Sousa

A inversão da pirâmide demográfica, resultante de uma muito baixa natalidade, é uma realidade que se acentua cada vez mais, de ano para ano, e se agrava por uma crescente emigração em que, ao contrário do que aconteceu no século xx, predominam os jovens com habilitações técnicas e académicas, os quais facilmente se fixarão no país de acolhimento e aí terão os filhos que tanta falta farão a Portugal.

O fantasma de um País de velhos será a realidade de um futuro que infelizmente já começou. Como sustentar e continuar esse Portugal geronte e geriátrico de 2040/2050?

A emigração dos jovens está relacionada directamente com a crise e com a inexistência de empregos compatíveis com as suas capacidades profissionais e poderá vir a ser controlada com o minorar da crise económica que vivemos.

Porém, a crise económica que vivemos e os elevados níveis de pobreza do País só em pequena parte serão os res-

ponsáveis pela diminuição da taxa bruta de natalidade pois esta decresce desde 1980, passando de 16,2 nascimentos por mil habitantes nessa data para 11,7 em 2000 e 8,5 em 2011. A comprová-lo o facto da Alemanha disputar com Portugal o último lugar da lista dos países da U.E. no que respeita à taxa de natalidade. Assim, a sua diminuição parece ser antes consequência de pressões sociais e de políticas públicas ineficientes, bem como resultante da pouca atenção que os diversos governos, dos últimos trinta/quarenta anos dedicaram a este grave problema.

Que fazer? Como criar condições para reforçar a estabilidade da família (bi ou monoparental) permitindo-lhe as condições, se não ideais ou óptimas, mas pelo menos suficientes para não inibir e antes estimular a pulsão biológica e cultural subjacentes à procriação? É que se a primeira está inscrita nos genes, a segunda predomina sobre esta. Assim, a mulher adia muito uma possível gravidez (a idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho passou dos 25 anos em 1980 para os 30 em 2012) e contenta-se com um filho, ás vezes dois e frequentemente nenhum. Na realidade, na modernidade que vivemos, a mulher em idade fecunda estuda até mais tarde e trabalha duramente, pois não só procura estabilidade profissional como o seu salário é essencial para o equilíbrio da economia familiar. Os filhos e o cuidar destes e da casa significam um segundo e também duro trabalho, pois nas famílias bi-parentais o papel do homem tem ainda ressonâncias tradicionais sendo, nesse aspecto, pouco interveniente; e nas famílias monoparentais, por maioria de razão a mulher só pode contar com ela própria. É certo que a democracia conquistada em Abril de 74 veio permitir uma crescente igualdade entre os sexos e uma maior liberdade à mulher, permitindo-lhe o controlo das suas próprias funções reprodutivas, designadamente pelo acesso fácil ou livre à pílula anticoncepcional, até aí só usada por uma pequena parte das mulheres portuguesas. Certo é também que, apesar do que, desde 1976, sempre dispôs a Constituição sobre a protecção à família, por vezes algumas ideologias ditas mais "progressistas" ou "libertárias" nem sempre olharam a famí-

lia tradicional como uma estrutura a apoiar, o que significou pouca atenção às mulheres que queriam ter filhos, mesmo vários filhos, e que a tal se não atreviam por manifesta falta apoios sociais. No entanto, quando foram governo os partidos dos quais, pela sua postura ou ideologia mais conservadora, se esperaria mais atenção a este aspecto, a verdade é que também pouco de relevante fizeram. Ressalve-se a fantástica acção e esforço do Prof. Albino Aroso que, sendo Secretário de Estado da Saúde no XI Governo Constitucional, desenvolveu uma política de assistência materno-infantil e planeamento familiar que conseguiu no decorrer dos anos, mas em relativo pouco tempo, fazer cair a taxa de mortalidade infantil para uma das mais baixas do mundo. Também a nível do próprio Código Civil houve mudanças que apontaram no sentido de ser prestada uma maior atenção à criança. Em 1966 a lei consagrava o dever dos filhos em «honrar e respeitar seus pais». Em 1977 é referido que «pais e filhos devem-se mutuamente respeito, auxílio e assistência» estabelecendo-se também a não discriminação das crianças nascidas fora do casamento. Diria porém que, para além da licença parental e da assistência materno-infantil nada ressalta de muito significativo no apoio à mulher que pretende ter filhos e que, por não o ter, os evita. Nem mesmo as creches e jardins de infância do Estado ou por este subsidiados são suficientes para o parco número de recém-nascidos actualmente em Portugal.

A continuar assim nem os índices de fecundidade das diversas comunidades de imigrantes poderão compensar a taxa de natalidade portuguesa, pois o desemprego no nosso País e a melhoria da situação económica dos seus Países de origem têm contribuído para o retorno dessa população imigrante e consequente diminuição da sua contribuição para a taxa da natalidade portuguesa.

Estamos pois frente a um real e grave problema que torna obrigatórias e necessárias reflexões aturadas sobre as causas do mesmo e sobre as políticas públicas que podem minorá-lo ou solucioná-lo.

Essa foi a razão e a ideia deste Painel à qual prontamen-

te aderiram a Prof.ª Maria do Rosário Carneiro da Universidade Católica que nos irá falar sobre "Políticas da Família": e o Prof. António Bagão Félix, da Universidade Lusíada, que a propósito dos tema propostos para este painel abordará as "Políticas Públicas" praticadas em Portugal. Ambos dispensam apresentações. É bem conhecida a sua dedicação e cidadania militante na procura de soluções para os problemas que aqui abordamos.

Em nome do CNECV e em meu nome como moderador deste debate e desta reflexão, cumprimento-vos e expresso o agradecimento pela vossa presença que honra esta conferencia e este III Painel. A vossa presença e, claro, a da minha colega no Conselho Nacional de Ética das Ciência da Vida, Prof.ª Rita Lobo Xavier da Universidade Católica que comentará e retirará as conclusões deste III Painel, fechando-o com chave de ouro.•